Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

Serviço de Notícias - Agência iNFRA
Brasília, *|DATE:d|* de junho de *|DATE:Y|*
Resumo das informações publicadas entre 7 a 11 de junho pela Agência iNFRA.

Divulgue seu evento de infraestrutura na Agência iNFRA.

Olá, *|FNAME|*!
Nesta edição do Resumo da Semana: Reporto | iNFRAEnergia: Leilão A-5 | Bancada Ruralista | Crise Hídrica | PL das Debêntures | Concessão do DTe | Colunistas da iNFRA | iNFRADebate
Para conhecer nosso Serviço de Notícias Diário para Asssinantes, clique aqui.

EMPRESAS TENTAM A VOLTA DO REPORTO VIA MEDIDA PROVISÓRIA DO DT-e

Dimmi Amora, da Agência iNFRA
Empresas do setor portuário e ferroviário estão trabalhando pela volta do Reporto (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária) através de uma emenda na Medida Provisória 1.051, a que cria o novo sistema de Documento Eletrônico de Transportes, o DT-e.

A emenda foi apresentada pelo deputado Pedro Uczai (PT-SC) da medida provisória que está sendo relatada pelo deputado Jerônimo Goergen (PP-RS). O deputado pretende apresentar seu relatório no fim do próximo mês. Os primeiros 60 dias da MP vencem em 17 de julho e ela pode ser renovada por mais 60 dias.

Na proposta enviada, a Emenda 20, a previsão é de um novo regime especial de tributação para importação de equipamentos para o setor portuário, que também beneficia o setor ferroviário, possa ser ampliado até 31 de dezembro de 2025.

Em evento na CTLog (Câmara Temática de Infraestrutura e Logística) do Ministério da Agricultura esta semana, o presidente da ABTP (Associação Brasileira de Terminais Portuários), Jesualdo Silva, lembrou ao relator sobre a emenda e pediu apoio de todas as associações para defender a proposta.

O regime especial foi encerrado no fim do ano passado e várias tentativas legislativas dos representantes de empresas de manter a isenção de tributos federais para a importação de equipamentos foram frustradas. Na última, a tentativa foi ampliar o prazo até o fim deste ano.

Em 23 de março, houve uma reunião com o presidente Jair Bolsonaro de associações do setor portuário para tratar do tema e o assunto foi levado ao Ministro da Economia, Paulo Guedes. Apesar da sinalização positiva tanto do presidente como do ministro para o tema, até o momento não houve qualquer movimento do governo para a volta do regime especial.

Aumento de custos
Sem o Reporto, as empresas estimam que o custo para importar um equipamento pode ser até 50% maior. Isso porque, além de pagar os tributos federais na importação, os governos estaduais que tinham acordos para isentar tributos locais para quem estivesse enquadrado no Reporto não estão mais dando essa isenção.

O argumento usado com a equipe do ministro Paulo Guedes foi que, dentro das isenções tributárias do governo, o Reporto representava uma perda de arrecadação pequenas, estimada em 0,17%. Mas trazia um benefício grande na geração de empregos e no aumento da eficiência logística do país.

Mas a equipe da Economia argumentava que era necessário não fazer renovações desses regimes especiais para evitar problemas para a votação da Reforma Tributária, ainda no ano passado. O tema seria tratado lá, mas a reforma ainda não saiu e tem poucas perspectivas de ser votada na atual gestão.

Patricio Junior, diretor de investimentos em terminais da TiL (Terminal Investment Limited), que no Brasil controla três terminais de contêineres, diz que a empresa vê potencial de crescimento do país, mas que é necessário que esses investimentos tenha retorno e segurança jurídica.
"É notório que o regime Reporto minimiza o Custo Brasil, equilibra os investimentos feitos no País e os equipara aos parâmetros mundiais, fazendo com que o serviço prestado esteja com preço condizente aos valores internacionais. Isso garante poder comercial dos usuários frente aos competidores de todo o mundo, agregando valor, que é cascateado para toda a cadeia logística", disse Júnior.

Equipamentos
Ele cita como exemplo que o principal equipamento de um terminal de contêineres é o STS (Ship to Shore ou Portêiner), cujo valor médio no mercado mundial é de aproximadamente 10 milhões de dólares, no Brasil tem o custo de 15 milhões de dólares sem o Reporto.

Em nota, a ATP (Associação Brasileira de Terminais Privados) informou que o Reporto é um importante instrumento para promover a competitividade das exportações brasileiras, pois assegura ampla oferta de serviços portuários a preços ausentes de tributos.

"Em média, 21% dos investimentos realizados nos portos ocorrem na aquisições de máquinas e equipamentos com benefício do Reporto", lembrou a associação. *(11/6)*

i ENERGIA

ANEEL APERTA REGRAS DE INDISPONIBILIDADE DE TÉRMICAS EM CONSULTA DE LEILÃO A-5 DE 2021

Dimmi Amora, da Agência iNFRA
A proposta da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) que entrou em audiência pública na quinta-feira (10) para o Leilão A-5 de geração de energia prevê regra mais rígida para a indisponibilidade de termelétricas, tornando o custo de não gerar a energia ofertada mais caro.
A agência entendeu que as regras que balizaram os leilões anteriores nesse item não estavam dando "sinal adequado para a manutenção dos índices de disponibilidade pelo gerador em patamares compatíveis ao utilizado para calcular a garantia física do empreendimento".
Isso ocorre, segundo o voto do relator Hélvio Guerra, "em face do baixo custo suportado pelo gerador para a recomposição do lastro contratual, o que estimula o uso desse mecanismo e pode desestimular investimentos na manutenção do empreendimento". A reportagem completa está no site. *(1/6)*

BANCADA RURALISTA DIZ QUE USO DA ÁGUA PARA GERAÇÃO DE ENERGIA EM DETRIMENTO DA IRRIGAÇÃO É EQUÍVOCO

Alexandre Facciolla, da Agência iNFRA
Parte da bancada ruralista na Câmara dos Deputados avalia que a decisão do governo de privilegiar a geração de energia elétrica em detrimento da irrigação para a agricultura é um equívoco, mas considera que é possível que os órgãos reguladores atuem em conjunto para avaliar a situação hídrica caso a caso.

Para o deputado Diego Andrade (PSD-MG), líder da maioria na Câmara e integrante da bancada do agronegócio, o governo deve trabalhar com compensações para quem for impedido de produzir. Cada situação deve ser analisada de forma específica, na avaliação do deputado, e medidas que evitem a situação de escolher entre irrigação para alimentos ou geração de energia devem ser votadas no Legislativo. A reportagem completa está no site. *(7/6)*

PETROBRAS E PROBLEMA AMBIENTAL NO RIO PARANÁ SÃO ENTRAVES AO ABASTECIMENTO DE ENERGIA

Leila Coimbra, da Agência iNFRA
Para garantir o suprimento de energia a partir de agosto, o governo negocia duas medidas essenciais. A primeira é reduzir a vazão das hidrelétricas de Jupiá e Porto Primavera para mínimas históricas. Mas isso poderia provocar impactos ambientais no Rio Paraná, dentre os quais a morte de peixes ou o "aprisionamento" destes em lagoas, além do comprometimento da qualidade da água.

As informações constam em relatórios feitos ao Ibama pelas empresas donas das hidrelétricas: a chinesa CTG, que opera Jupiá; e a Cesp, controlada pela Votorantim, que é dona de Porto Primavera. A reportagem completa está no site. *(8/6)*

DEPUTADO ARNALDO JARDIM VAI RELATAR EM PLENÁRIO PL DAS DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA

da Agência iNFRA
O deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) deverá relatar o Projeto de Lei 2.646/2020, que amplia as possibilidades de emissão de debêntures incentivadas para o setor de infraestrutura, que teve aprovado na última quarta-feira (9) o requerimento para que seja votado com urgência pelo plenário.
Com isso, o projeto deixa de tramitar pelas comissões e ganha um relator para plenário. O deputado do Cidadania afirmou que já houve uma aceitação do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL) para que ele fique com a relatoria. A reportagem completa está no site. *(11/6)*

MINFRA ESTUDA CONCESSÃO PARA EMISSÃO E FISCALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DE TRANSPORTE

da Agência iNFRA
O Ministério da Infraestrutura está trabalhando para realizar a concessão do sistema que vai fazer a emissão do DT-e (Documento Eletrônico de Transporte), criado pela Medida Provisória 1.051, em tramitação na Câmara.
A informação foi apresentada na última quarta-feira (9) pelos representantes da pasta na reunião do CTLog (Câmara Temática de Infraestrutura e Logística) do Ministério da Agricultura, que fizeram uma exposição aos representantes do setor privado sobre como será a implantação do projeto que promete redução de custos para embarcadores e transportadores de carga. A reportagem completa está no site. *(10/6)*

PORTAL DA iNFRA TEM NOVA COLUNA PARA TRATAR DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

da Agência iNFRA
O **Portal da iNFRA**, que publica informações dos produtos da **Agência iNFRA**, ganha mais uma Coluna a partir desta semana. O espaço **Licitações e Contratos** é apoiado pela Giamundo Neto Advogados e vai reunir textos periodicamente publicado por especialistas para analisar o novo marco legal que entrou em vigor este ano.
O advogado Daniel Stein, do escritório Giamundo Neto Advogados, trata dos princípios que estruturam o sistema originado pela Nova Lei de Licitações. O texto está disponível neste link. Há ainda textos de Giuseppe Giamundo Neto sobre exequibilidade de propostas e de Diogo Albanese Gomes Ribeiro sobre nulidades contratuais, disponíveis neste link.
O colunista Fábio Vasconcellos também publica nova coluna e faz uma análise do impacto da crise sanitária na eleição de 2022 em relação à influência da agenda econômica. O texto está disponível neste link. *(11/6)*

iNFRADEBATE: IMPACTOS DA CRESCENTE DEMANDA PELO ENGAJAMENTO EMPRESARIAL CONTRA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Antonio Augusto Reis, Tábata Boccanera Guerra de Oliveira e
Gabriela Trovões Cabral, para a Agência iNFRA
Em artigo para a **Agência iNFRA**, os advogados Antonio Augusto Reis, Tábata Boccanera Guerra de Oliveira e Gabriela Trovões Cabral, do escritório Mattos Filho, falam sobre a crescente demanda pelo engajamento empresarial nas questões ambientais. O artigo está disponível no site. *(10/6)*

iNFRADEBATE: A SURRA NO INVESTIDOR DA INFRAESTRUTURA – JUSTIÇA?

Rafael Moreira Mota, para a Agência iNFRA
Em artigo para a **Agência iNFRA**, advogado Rafael Moreira Mota aborda as dificuldades na relação entre empresários e entes públicos. O artigo está disponível no site. *(9/6)*

O Resumo Semanal concentra algumas das melhores reportagens produzidas pelos boletins de notícias diários da **Agência iNFRA, enviados exclusivamente aos nossos assinantes.** Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens.
Caso queira assinar nosso Serviço de Notícias Diário, entre em contato.
Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço infrajornalismo@agenciainfra.com em seus contatos.
Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.
Imagens:
-
Artes:
-

Equipe Agência iNFRA
Editor-Chefe: Dimmi Amora
Editora de Energia: Leila Coimbra
Coordenador: Rodrigo Zuquim
Repórteres: Alexandre Facciolla, Luana Dorigon e Tales Silveira
Colaboradores: Gabriel Tabatcheik
Estagiária: Isadora Gomes
Administração: Beatriz Souza
+55 (61) 3447-5841
www.agenciainfra.com
Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.